

## Teoria das Representações Sociais e a Constituição Identitária Profissional de Coordenadores Pedagógicos: interfaces e desafios

*Theory of Social Representations and the Professional Identity Constitution of Pedagogical Coordinators: interfaces and challenges*

*Teoría de las Representaciones Sociales y Constitución de la Identidad Profesional de los Coordinadores Pedagógicos: interfaces y desafíos*

Jaqueline Salanek de Oliveira Nagel  
Rede Municipal de Ensino de Curitiba – RME de Curitiba  
jaquenagel@gmail.com  
<https://orcid.org/0000-0002-2537-4215>

Romilda Teodora Ens  
Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR  
romilda.ens@gmail.com  
<https://orcid.org/0000-0003-3316-1014>

Ana Paula de Moraes de Siqueira  
Rede Municipal de Ensino de Curitiba – RME de Curitiba  
ana-paula.moraes@hotmail.com  
<https://orcid.org/0000-0003-1722-9410?lang=en>

Sabrina Plá Sandini  
Universidade Estadual do Centro-Oeste -UNICENTRO  
sabinapla@gmail.com  
<https://orcid.org/0000-0002-4021-4404>

### RESUMO

O presente artigo é um recorte da pesquisa de doutoramento intitulada “Ser pedagogo escolar: representações sociais sobre a constituição identitária do Coordenador Pedagógico da Rede Municipal de Ensino de Curitiba” e analisa a relação entre as representações sociais e o processo de constituição identitária de coordenadores pedagógicos que trabalham na Rede Municipal de Ensino (RME) de Curitiba, por meio dos atos de pertença e dos atos de atribuição elucidados por Claude Dubar (2005, 2006). Na primeira parte, apresentamos o referencial que embasa a discussão dos dados. Em seguida, discorremos sobre o percurso metodológico, fundamentado na Hermenêutica de Gadamer (1997, 2012), em que os dados foram discutidos por meio da análise de conteúdo proposta por Bardin (2016). Na sequência, apresentamos os dados analisados, em que foi

possível perceber como os conceitos estão ancorados e reverberam nas ações e no conhecimento dos sujeitos em seus contextos.

**Palavras-chave:** Representações Sociais. Constituição Identitária Profissional. Coordenador Pedagógico.

## ABSTRACT

*This article is a part of the doctoral research entitled "Being a school pedagogue: social representations about the identity constitution of the Pedagogical Coordinator of the Municipal Education Network of Curitiba" and analyzes the relationship between social representations and the process of identity constitution of pedagogical coordinators who work in the Municipal Education Network (RME) of Curitiba, through acts of belonging and acts of attribution elucidated by Claude Dubar (2005, 2006). In the first part, we present the framework that supports the discussion of the data. Then, we discuss the methodological route, based on Gadamer's Hermeneutics (1997, 2012), in which the data were discussed through the content analysis proposed by Bardin (2016). Next, we present the analyzed data, in which it was possible to perceive how the concepts are anchored and reverberate in the actions and knowledge of the subjects in their contexts.*

**Keywords:** Social Representations. Professional Identity Constitution. Pedagogical Coordinator

## RESUMEN

*Este artículo es parte de la investigación de doctorado titulada "Ser pedagogo escolar: representaciones sociales sobre la constitución de la identidad del Coordinador Pedagógico de la Red Municipal de Educación de Curitiba" y analiza la relación entre las representaciones sociales y el proceso de constitución de la identidad de los coordinadores pedagógicos que actúan en la Red Municipal de Educación (RME) de Curitiba, a través de actos de pertenencia y actos de atribución dilucidados por Claude Dubar (2005, 2006). En la primera parte, presentamos el marco que sustenta la discusión de los datos. Luego, discutimos la ruta metodológica, basada en la Hermenéutica de Gadamer (1997, 2012), en la que los datos fueron discutidos a través del análisis de contenido propuesto por Bardin (2016). A continuación, presentamos los datos analizados, en los que fue posible percibir cómo los conceptos se anclan y reverberan en las acciones y saberes de los sujetos en sus contextos.*

**Palabras clave:** Representaciones Sociales. Constitución de la Identidad Profesional. Coordinador Pedagógico

## Introdução

Todas as experiências, tudo que guardamos na memória, são incorporadas pela nossa fala, em nosso ambiente, em nossos sentidos e tornam-se um material comum do dia a dia, uma representação.

Para Moscovici (2011), o fenômeno das representações sociais é uma forma específica de compreender e também comunicar o que já sabemos, dando sentido, ordem e percepções que refletem um mundo de modo significativo. O autor enfatiza que esse é um dos fenômenos mais marcantes do tempo atual, pois une a linguagem e a representação.

De tal modo, as representações sociais são sempre representações de algo e, além disso, de alguém. Podem ser também representações de um coletivo, pois as representações sociais são construídas na vida social.

Assim abordamos a possibilidade de diálogo entre as representações sociais e a Constituição Identitária Profissional Docente, por entendermos que ambas são construções coletivas que envolvem diferentes interesses, percepções e maneiras de agir e estar no mundo.

Ao compreendermos que a identidade profissional está relacionada com as posturas e convicções individuais acerca do contexto laboral do sujeito, as atribuições e identificações interligadas às representações sociais são geradas por meio do discurso do profissional no exercício da sua função (Trevizan, 2014). Além disso, a identidade de todo profissional da educação está em constante construção.

Desse modo, o presente artigo é parte da pesquisa intitulada “Ser Pedagogo Escolar: Representações Sociais sobre a Constituição Identitária do Coordenador Pedagógico da Rede Municipal de Ensino de Curitiba”, que teceu as aproximações entre o processo de constituição identitária profissional e a Teoria das Representações Sociais.

Nesse sentido, depreendemos que as representações sociais fortalecem a construção e consolidação do grupo, uma vez que, como alude Andrade (2000, p. 143),

O processo representativo é, concomitantemente, individual e social. A interestruturação destes dois níveis se dá através da integração do sujeito nos diferentes grupos sociais com os quais ele se confunde, ao mesmo tempo que se diferencia, tornando-se indivíduo.

Do que depreendemos, como esclarece a autora,

O sujeito, inserido num determinado momento histórico, numa determinada sociedade, tem seu conhecimento do mundo determinado por um instrumental carregado de significações culturalmente pré-estabelecidas, mas esse sujeito torna-se um ator social, interferindo nessas significações e na própria ordem social, recriando o mundo, não só materialmente, mas também simbolicamente, atribuindo novos sentidos aos objetos sociais (p. 143).

O contexto em que o profissional está inserido colabora com a construção de sua identidade social e do processo de formação da identidade pessoal, pelas representações que este tem sobre sua profissão, pois, como indicam Souza *et al.* (2012, p. 464), “[...] a referência às representações que definem a identidade de um grupo terá um papel importante no controle social exercido pela comunidade sobre cada um de seus membros e, em especial, nos processos de socialização”.

Portanto, o exercício da profissão docente tem exigido atribuições constatadas por meio de representações que a comunidade tem sobre a docência, aspecto que faz tais representações estarem vivas no processo identitário, bem como ancoradas em discursos políticos, reproduzidos pela mídia sobre o “ser professor”.

Dotta (2006), ao estudar as Representações Sociais do “Ser Professor”, levantou três categorias sobre a percepção do “ser professor” pelos próprios professores, ou seja: a) a participação no crescimento do aluno, na sua preparação para o futuro; b) a ligação da docência com o conhecimento e c) o sentimento de satisfação com a profissão. Essa pesquisa apresenta aspectos relacionados ao processo de construção da identidade social, uma vez que o constituir-se professor torna-se fundamental para o fortalecimento do grupo enquanto constituição identitária.

Por termos por pressuposto, como alude Dotta (2006, p. 78), que “[...] a maneira pela qual o grupo de professores [...] partilhando as mesmas representações, embora tenham uma trajetória profissional diferente entre si, constituem-se em um grupo social”, depreendemos que a formação da identidade social é refletida na práxis educativa, uma vez que muitas ações do professor se pautam na vivência e na construção de sua identidade. Essas ações, como

esclarecem Sousa e Novaes (2013, p. 27), estão em interface com “[...] a ideia de constituição de si por meio da interação com o outro [... o qual] evidencia a necessidade de reconhecimento das dimensões de afeto, sentido, significado e valor na produção do conhecimento”. Para as autoras, “[...] são precisamente tais significações, construídas na relação subjetiva entre o sujeito e o objeto em dado contexto social, que Moscovici define como representações sociais” (p. 27).

Ao estabelecermos relações entre a Teoria da Identidade Social e a Teoria das Representações Sociais, foi-nos oportunizado refletir de que forma a identidade social destaca-se no processo da formação integral do profissional. A relação entre a identidade social e as representações sociais possibilitam-nos “[...] afirmar a própria especificidade ou a de seu grupo, a partir do que se pensa deste ou daquele objeto social, mas também de preservar certa compatibilidade entre representações de si mesmo e representações sociais” (Deschamps; Moliner, 2014, p. 147).

É nesse movimento que Souza *et al.* (2012, p. 464) consideram as representações sociais como “[...] sistemas de interpretação da realidade, [...pois] orientam nossa relação com os outros e atuam nas relações intergrupais e na construção da identidade social”, por atribuírem um significado de pertencimento e proporcionarem a construção de uma identidade social. Conforme os autores

[...] os elementos que participam da construção dessa identidade são fruto do investimento de diversos veículos de comunicação na transmissão e no fortalecimento de significados socialmente compartilhados, a fim de torná-la objetivada nas práticas sociais cotidianas (Souza *et al.*, 2012, p. 468).

A complexidade na qual o pensamento humano está envolto faz com que a construção dessa identidade configure representações em uma visão complexa de constante revisitação e análise de seus processos. Essa natureza de processos que a mente e o pensamento nos proporcionam ao reagrupar, reclassificar, criar expandir, interagir e modificar, como alude Moscovici (2012, p. 46), estabelece que “[...] a representação social é a ‘preparação para a ação’, não só porque guia os

comportamentos, mas sobretudo porque remodela e reconstitui os elementos, do ambiente no qual o comportamento deve acontecer”.

Portanto, os processos que envolvem as representações sociais indicam uma identidade social em construção, algo subentendido na prática pedagógica do professor, e que contribuem para o desenvolvimento do processo identitário docente.

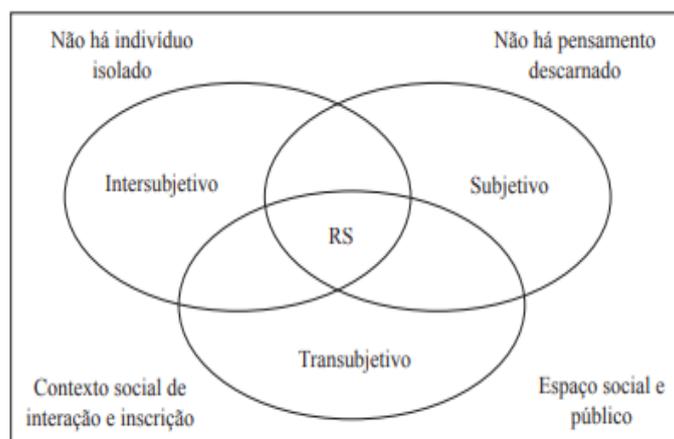
## **Diálogo entre a Constituição Identitária Profissional e as Representações Sociais**

As representações sociais estão interligadas à formação do processo identitário do sujeito, pois são conhecimentos elaborados que influenciam na constituição identitária, seja pessoal ou profissional, ao refletir como esse sujeito percebe a si próprio e aos outros, uma vez que, de acordo com Woodward (2014, p. 28), envolve “[...] uma questão tanto de ‘tornar-se’ quanto de ‘ser’” (Grifos do autor). Portanto, a identidade, por não ser estática e imutável, bem como por considerarmos as características dialética e dinâmica que estão imbuídas nesse conceito, não nos permite definir o sujeito de forma estagnada.

De acordo com Moscovici (1978, p. 26), a representação social “[...]é uma modalidade de conhecimento particular que tem por função a elaboração de comportamentos e a comunicação entre os indivíduos”, uma vez que esta ancora-se na dinâmica dos processos sociais, modifica-se constantemente por meio da interação entre os indivíduos e, como diz Jodelet (2009), em que estas trespassam as diferentes esferas de constituição e pertença das representações (Figura 1).

Os planos que envolvem a constituição das representações sociais e de suas relações com a subjetividade e contexto de cada indivíduo/grupo são evidenciados na Figura 1, com base na qual compreendemos que a representação social está interligada ao processo de constituição identitária.

**Figura 1** – As esferas de pertença das representações sociais



**Fonte:** Jodelet (2009, p. 695).

Ao refletirmos sobre a teoria sociológica da identidade, proposta por Dubar (2005, p. 135), constata-se que

[...] identidade para si e identidade para o outro são ao mesmo tempo inseparáveis e ligadas de maneira problemática. Inseparáveis, uma vez que a identidade para si é correlata ao Outro e a seu reconhecimento: nunca sei quem sou a não ser no olhar do Outro.

Para explicar essas problemáticas, o autor diz que Laing (1971, p. 29) esclarece que estas ancoram-se

[...] dado que a [...] experiência do outro [... uma vez que esta] nunca é vivida diretamente pelo eu... de modo que contamos com nossas comunicações para nos informarmos sobre a identidade que o outro nos atribui... e, portanto, para nos forjarmos uma identidade para nós mesmos.

Nesse movimento, Dubar (2006) assume uma concepção de identidade nominalista, uma vez que “[...] recusa-se a considerar que existam pertencas ‘essenciais’ (em si) e, por isso, não existem diferenças específicas *a priori* e permanentes entre os indivíduos” (p. 9, Grifo do autor).

Entretanto, para Dubar (2006, p. 8-9), a ideia de diferenciação e generalização – como a identificação para Deschamps e Moliner (2014) – podem ser designadas como

[... a ideia de diferenciação] visa definir a diferença, aquilo que faz a singularidade de alguém ou de alguma coisa em relação a uma outra coisa ou a outro alguém: a identidade é diferença. A [... ideia de generalização] é aquela que procura definir o ponto comum a uma classe de elementos todos diferentes dum outro mesmo: a identidade é a pertença comum. Estas duas operações estão na origem do paradoxo da identidade: aquilo que existe de único e aquilo que é partilhado.

Nessa relação apontada por Dubar (2006) e Moliner (2014), concordamos com Seidmann (2015, p. 349) de que “[...] a questão da identidade não é apenas uma questão de semelhança ou diferença, mas sobretudo de interdependência e interação, que nos transforma no campo social”, uma vez que nessa relação vivenciamos o ciclo de interdependência social, como complementa a autora, pois “[...] estamos permanentemente nos recriando a partir de nossa subjetividade e, junto com os outros. Estamos, portanto, gerando o processo social dinâmico” (Seidmann, 2015, p. 349. Tradução nossa).

Entretanto, tomamos como concepção de identidade aquela que “[...] nunca é dada, ela é sempre construída e deverá ser (re)construída em uma incerteza maior ou menor e mais ou menos duradoura” (Dubar, 2005, p. 135). Conforme esclarece o autor, a constituição da identidade está atrelada a duas categorias: atos de atribuição e atos de pertencimento. Os atos de atribuição são aqueles “[...] que visam a definir ‘que tipo de homem (ou de mulher) você é’, ou seja, a identidade para o outro; atos de pertencimento os que exprimem ‘que tipo de homem (ou de mulher) você quer ser’, ou seja, a identidade para si” (Dubar, 2005, p. 137. Grifos do autor).

Já Deschamps e Moliner (2014, p.14) esclarecem que “[...] a identidade social refere-se a um sentimento de semelhança com (alguns) outros, enquanto a identidade pessoal se refere a um sentimento de diferença em relação a esses mesmos outros”. Com base na concepção de Moliner (2014) sobre identidade social e ao tomar o viés sociológico, Dubar (2006, p. 11) argumenta que “[...] a identidade social é, antes de mais nada, sinônimo de categoria de pertença”. Desse aspecto inferimos que além da compreensão das dimensões internas e externas do

sujeito, faz-se necessário considerar o contexto em que essas dimensões interagem.

Dubar (2005, p. 136), em seus estudos, tomou a identidade como “[...] o resultado a um só tempo estável e provisório, individual e coletivo, subjetivo e objetivo, biográfico e estrutural, dos diversos processos de socialização que, conjuntamente, constroem os indivíduos e definem as instituições” e indicou que o processo de constituição da identidade envolve as noções de **pessoa** (EU) e **sociedade** (OUTRO), num processo dialético, constante e singular, em que a identidade passou a ser denominada de “formas identitárias”.

Essas “formas identitárias”, para Ferron (2014, p. 43), são as “formas identitárias comunitárias e societárias”. Enquanto,

As formas identitárias comunitárias são decorrentes e geram relações sociais constituídas sobre o sentimento individual de pertencer a um mesmo coletivo, [...] as formas identitárias societárias são decorrentes e geram relações sociais constituídas sobre o compromisso entre pessoa e sociedade, que tem como objetivo maior as possibilidades relacionais abertas.

Esse movimento de pertença, que alude Ferron (2014), para Dubar (2005), altera-se no decorrer da vida. É na dinâmica articulada entre os atos de atribuição e os atos de pertença que se efetiva o processo de constituição identitária do sujeito. Para Dubar (2005, p. 137), é nesse processo em que “[...] cada um é identificado por outrem, mas pode recusar essa identificação e se definir de outra forma”, que se organiza a dinâmica entre os atos de atribuição e os atos de pertença e subsidia outras duas transações: a transação subjetiva, relacionada ao sujeito e sua trajetória de vida, e a transação objetiva, que resulta da interação entre o sujeito e as instituições sociais (Dubar, 2005).

Essa articulação de que fala Dubar (2005), esclarecem Placco, Benachio, Vieira e Igari (2013, p. 12770), realiza-se “[...] entre os atos de atribuição e os atos e sentimentos de pertença [que] se intensificam nas relações que os indivíduos desenvolvem no ambiente de trabalho”. Essas atividades profissionais, segundo Dubar (2012, p. 353-354)

[...] possibilitam uma identificação positiva [...], ao mesmo tempo, [... em que são) escolhidas (ou, pelo menos, entendidas como tal), autônomas (isto é, vividas desse modo) e aberta para carreiras (no sentido de uma progressão ao longo da vida). **Elas dão um sentido à existência individual e organizam a vida de coletivos.** (Grifos nossos).

A vida coletiva acontece na organização da sociedade perpassada pelo *ofício*<sup>1</sup> dos sujeitos, por considerarmos como um campo de socialização que possibilita a identificação de um grupo. Nesse contexto profissional, Dubar (2012, p. 355.), apoiando-se em Dubar, Tripier, Boussard<sup>2</sup> (2011), indica dois fenômenos imbricados à atividade profissional: “[...] a injunção dos dirigentes no ‘profissionalismo’ e a aspiração dos assalariados à ‘profissionalidade’, isto é, ao acesso a um verdadeiro *ofício* reconhecido” (Grifos do autor).

Portanto, a construção da identidade profissional, como alude Nascimento (2007), é dinâmica, inacabada e interativa e tem como base as interações no contexto de trabalho e nas representações elaboradas permanentemente na ação profissional. São representações construídas e, como explica Blin (1997), elas estabelecem as representações profissionais, do que depreendemos ser uma das funções das representações sociais a manutenção da identidade, a qual influencia “[...] na cultura dos grupos de pertencimento que oferecem as possibilidades simbólicas de construção da identidade” (Seidmann, 2015 p. 350. Tradução nossa).

## Representações Profissionais e Constituição Identitária Profissional

Constatamos que as representações profissionais se constituem no contexto em que o sujeito está inserido, o que levou Dubar (2012) a falar em “profissionalidade”. Essas “[...] representações profissionais são as representações sociais que se referem aos papéis profissionais e dependem, sobretudo, da

---

<sup>1</sup> A opção pela palavra *ofício* visa os grupos que exercem alguma atividade. Para discutir a questão da profissionalização numa perspectiva sociológica, indicamos a leitura na íntegra do texto “A construção de si pelas atividades de trabalho: a socialização profissional” (Dubar, 2012).

<sup>2</sup> Para essa explicação, Dubar (2012) apoiou-se na obra de DUBAR, C.; TRIPIER, P.; BOUSSARD, V. *Sociologie des professions*. Paris: Armand Colin, 2011.

natureza social dos sujeitos e das características da situação de interação vivenciada” (Abdalla, 2017a, p. 176).

As representações profissionais, como representações sociais, de acordo com Blin (1997), exercem quatro funções específicas (Quadro 1).

**Quadro 1** – Funções específicas das representações profissionais

FUNÇÕES DAS REPRESENTAÇÕES PROFISSIONAIS (BLIN, 1997)	
Função do saber	Participam com as outras cognições na construção de um saber profissional, possibilitando compreender e atuar sobre a realidade. Constitui a base da comunicação profissional e permite resolver problemas diários da sua atividade sem grande mobilização.
Função identitária	Definem as identidades profissionais e protegem a especificidade dos grupos intra e interprofissionais, marcando identidades, ideologias, territórios e questões institucionais.
Função de orientação	Orientam as condutas e guiam as práticas profissionais. Elas influenciam na finalidade da situação profissional, orientando a escolha das abordagens cognitivas para o desempenhar de uma tarefa. Geram a autonomia institucional. As representações profissionais são prescritivas das práticas instituídas.
Função justificadora	Permitem, <i>a posteriori</i> , justificar as tomadas de posição e as práticas profissionais, legitimando a conduta profissional. Na comunicação profissional, fortalecem a adesão ao grupo e mantêm distâncias sociais entre os diferentes grupos do setor.

**Fonte:** Nagel (2022), com base em Blin (1997, p. 94-95. Tradução nossa).

Para Seidmann (2015, p. 351), como as representações sociais estão inscritas

[...] em pensamentos pré-existent, [... os quais] dependem de valores tradicionais e de valores emergentes atuais, que são transmitidos através do discurso. Essa duplicidade entre os tipos de valores dá conta da complexidade e da contradição presentes na constituição das representações sociais, reflexo de sua construção simbólica, que evoca significados antigos juntamente com os atuais que constituem um clichê emblemático (Tradução nossa).

Depreendemos que as representações, tanto sociais quanto profissionais, como orienta Seidmann (2015), refletem nos grupos o caráter coletivo e estabelecem um princípio organizador e gerador de significados. Para isso, estabelecem esse caráter que é estratificado nas interações, por meio de imagens ou ideias.

Esse processo que constitui a identidade profissional vai sendo constituído pelas representações sociais, uma vez que está relacionado à socialização, às

diferentes formas de interações em que são atribuídos conceitos externos (do outro), ou seja, forma sua identidade, como assevera Abdalla (2017b, p. 136-137), “[...] pelo modo como o sujeito passa por suas experiências, reage e se adapta a essas atribuições, constituindo uma identidade para o outro; ou pela capacidade que assume na medida em que se autodefine”.

Morgado (2011, p. 798) complementa que a constituição da identidade profissional precisa das representações sociais, pois esta

[...] não pode dissociar-se dos valores de cada indivíduo, nem das experiências vividas ao longo da sua formação e da forma como cada pessoa constrói a sua história de vida, o que permite compreender que a identidade profissional se constrói e transforma num processo contínuo, podendo assumir características diferentes em distintos momentos da vida.

Placco e Souza (2012, p. 19) orientam ser necessário “[...] compreender a estratégia identitária utilizada pelos indivíduos nos grupos, em sua formação identitária”. É nesse movimento, por meio da identificação e diferenciação entre o eu, o outro e o grupo, que se criam para as autoras, os “[...] movimentos de sua formação identitária” (p. 19).

Nesse sentido, as representações sociais sobre a formação identitária “[...] lidam com as maneiras como os grupos dão sentido ao real, elaborando-o e explicando-o para si mesmos, para se comunicarem e funcionarem cotidianamente” (Moscovici, 1978 *apud* Arruda, 2005, p. 231). Banchs (2000, p. 3-10) observa que “[...] com as Representações Sociais abre uma nova Psicologia Social. Esta é uma disciplina crítica com sentido histórico e social, [...]” relacionada à construção das relações sociais de *persona* individual e coletivo.

Por concordarmos que a constituição identitária profissional, por meio das representações profissionais, é um movimento que tem início na formação inicial, fica evidente que essa

[...] deve realizar-se [...] a partir de] uma socialização profissional, pelo menos de forma antecipatória, promovendo o conhecimento da realidade da profissão e permitindo o confronto e a (re)elaboração das representações profissionais, incluindo a imagem da profissão e de si próprio relativamente à profissão (Nascimento, 2007, p. 208).

De acordo com o autor, a atividade profissional exercida no espaço escolar é repleta de representações, pois, nesse espaço/tempo, “[...] existe uma vivência prévia que, geralmente, não acontece com outras profissões” (Nascimento, 2007, p. 211). Dessa forma, a compreensão do processo identitário das atividades profissionais, aqui nesse artigo, compreende “[...] a construção da identidade profissional, conscientizando [...] sobre] o seu papel ao nível do esclarecimento e reforço do projecto profissional, da (re)elaboração das representações profissionais e dos processos de socialização profissional” (Nascimento, 2007, p. 216).

Especificamente, a profissão relacionada à docência experienciou, desde o final do ano 1999, e experiencia ainda pelas sucessivas reformas educacionais, uma ressignificação no processo de formação, o qual é denominado de desenvolvimento profissional, que de acordo com Morgado (2011, p. 796) é

[...] um processo contínuo de formação e aprendizagem ao longo da carreira docente, circunscrevendo a profissionalização à primeira etapa desse processo, isto é, ao período de formação inicial que culmina na certificação do aluno/futuro professor e no reconhecimento da sua competência para exercer a profissão.

A construção do desenvolvimento profissional está relacionada à constituição identitária, por envolver

[...] apropriação de culturas, saberes e a aprendizagem contínua, elementos que fazem parte da elaboração da identidade, tanto pessoal quanto social e profissional, pois esse movimento considera a vivência e experiência do sujeito acerca de sua formação e experiências com os fazeres pedagógicos (Nagel, 2022, p. 92).

Nesse movimento, tomamos o conceito de identidade profissional como uma das instâncias da identidade social, pois Blin (1997, p. 182) esclarece que “[...] a noção de identidade profissional se refere às interações resultantes entre indivíduos como atores, grupos profissionais e o contexto profissional”. No entanto, segundo Silva (2003, p. 90), estas vinculam-se “[...] às motivações, projetos, competências profissionais, ideal profissional, e colaboram para a construção de um saber profissional e para a orientação das condutas e das

práticas profissionais”, aspectos que nos fazem concordar com Blin (1997, p. 182), pois,

[...] falar de identidades profissionais é reconhecer nos campos das atividades profissionais a capacidade de construir identidades específicas de grupos durante processos de socialização significativos nos campos considerados. A noção de identidade profissional designará o resultado das interações entre os indivíduos como atores, grupos profissionais e o contexto profissional (Tradução nossa).

Como parte da identidade social, Blin (1997, p. 182) explica que “[...] no contexto profissional a identidade profissional é mobilizada prioritariamente em relação a outras identidades” (Tradução nossa).

Dessa forma, retomamos o processo de construção da identidade profissional em que Dubar (2012) toma a profissionalidade como o reconhecimento do ofício e constatamos que o conceito de profissionalidade está ancorado em um “saber fazer”, de acordo com Hobold (2005, p. 272), mas,

[...] um ‘saber fazer’ construído individualmente, a partir de referenciais externos, porém, tornando-os próprios e únicos, São instrumentos construídos pelo próprio professor para deles se utilizar na profissão, tornando-se um saber pessoal. Este saber não refere-se somente à prática, mas também à maneira de postar-se diante da profissão e entendê-la na interação e contribuição social, ética e política (Grifo da autora).

A concepção sobre profissionalidade está associada à subjetividade, quando ideias se tornam públicas e são compartilhadas “[...] por pessoas que pertencem a uma cultura e, assim, problematizam a experiência, gerando representações sociais” (Seidmann, 2015, p. 351. Tradução nossa).

Ens, Martins, Abdala e Silva (2019), ao sublinharem que as relações humanas são, por um lado, singulares e complexas, transcorrem ao nível subjetivo e de difícil apreensão, e, por outro, que os profissionais da educação “[...] realizam (re)leituras, (re)interpretações do escopo normativo” (p. 101), aludem para a necessidade urgente da realização de pesquisas que possam aprofundar qualitativamente e “[...] desvelar/revelar as percepções, representações, visões, opiniões e práticas de profissionais da educação” (p. 101).

## Caminhos metodológicos da pesquisa

Por considerarmos que o foco de estudo dessa pesquisa são os atos de pertença e de atribuição de pedagogos escolares da Rede Municipal de Ensino de Curitiba, tomamos como aporte epistemológico a Teoria das Representações Sociais e o método da Hermenêutica Filosófica discutido por Gadamer (1997; 2012), neste trabalho denominado de Hermenêutica Crítica, uma vez que para a utilização do método consideramos “[...] a interlocução da interpretação oportunizada pela hermenêutica com o aporte teórico/epistemológico da TRS, tendo em vista a influência do contexto nas representações sociais por meio do campo ideológico” (Nagel, 2022, p. 24).

De acordo com Alami, Desjeux e Guarabuau-Moussaoui (2010, p. 19):

[...] os métodos qualitativos apresentam um espectro de utilização ao mesmo tempo mais específico e relativamente mais amplo: eles são empregados como métodos exploratórios de um fenômeno social emergente-uma nova tecnologia, um novo costume, um novo imaginário societário [...].

Sob essa perspectiva, os estudos qualitativos integrados à Teoria das Representações Sociais fortalecem as interpretações da realidade social, tendo em vista os diferentes contextos em que se realiza a observação. Jodelet (2001, p. 21) apresenta as representações sociais como

[...] fenômenos complexos sempre ativados e em ação na vida social. Em sua riqueza como fenômeno, descobrimos diversos elementos (alguns, às vezes, estudados de modo isolado): informativos, cognitivos, ideológicos, formativos, crenças, valores, atitudes, opiniões, imagens etc.

Moscovici (1961; 2012) explica que esse conhecimento, além de ser socialmente elaborado, é o que estabelece conexões entre as experiências sociais e os valores com as práticas que o indivíduo apreende e apresenta no seu meio social, o qual emprega em conceitos científicos no universo cotidiano, visto que as pessoas comumente se apropriam de informações científicas e as interpretam com base em seus referenciais. Na educação, as representações sociais são construídas

socialmente, ou seja, estão enraizadas nas experiências individuais e coletivas, nas interações com os outros e nos contextos culturais e sociais.

Com base nessas orientações, consideramos para esse estudo as representações sociais como aporte teórico-epistemológico, com o apoio do método da Hermenêutica Crítica, pois busca compreender textos, ideias e fenômenos culturais, bem como reconhecer a complexidade da linguagem e das experiências humanas.

Spink (2013, p. 103) explicita que

[...] caberia às ciências sociais compreender os fenômenos, o que exigiria um outro tipo de metodologia recuperando a tradição hermenêutica. Uma metodologia que abrisse espaço à interpretação, possibilitando a emergência dos significados, da esfera simbólica, do desvelamento das intencionalidades.

A teoria das representações sociais e o processo hermenêutico se complementam ao preocuparem-se com a compreensão do significado e da construção do conhecimento na esfera social e cultural, no contexto das interações humanas.

Nesse sentido, a hermenêutica é uma abordagem interpretativa que busca desvendar o significado dos textos e ideias filosóficas, além de levar em conta o contexto social, cultural e histórico. Ela é um caminho para compreender a complexidade da linguagem e das experiências humanas ao mediar o diálogo entre o passado e o presente para compreender o pensamento humano.

Para a construção do caminho metodológico desse artigo, elucidamos que o conteúdo aqui apresentado é um recorte da pesquisa constituída durante o processo de doutoramento, em que foram delineadas diferentes fases e etapas para a sua realização.

Nessa perspectiva, a coleta de dados aconteceu por meio de um questionário *online* da ferramenta Google Formulário. Após a aprovação pelo Comitê de Ética da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (Parecer nº 4.458.237) e pelo Comitê de Ética da Prefeitura Municipal de Curitiba (Parecer nº 4.594.357), bem como com a autorização da Secretaria Municipal da Educação

(SME) de Curitiba, esse questionário foi encaminhado via *e-mail* para as 185 escolas da RME de Curitiba, para os 10 Núcleos Regionais da Educação (NREs) e para os departamentos da SME de Curitiba, tendo em vista a organização estrutural da RME de Curitiba, com um convite aos pedagogos escolares, conforme seu espaço de trabalho, a fim de participarem da pesquisa.

Cabe ressaltar que o ano de aplicação do questionário foi 2021, ano em que houve o Decreto de Emergência em Saúde Pública em razão da pandemia de Covid-19 no município de Curitiba, o que não possibilitou a realização da pesquisa presencialmente.

Do universo de 370 pedagogos escolares que trabalham na RME de Curitiba, apenas 43 profissionais retornaram as respostas, o que exigiu análise cuidadosa a fim de considerar o contexto apresentado no qual se deu a realização da pesquisa. Nesse viés, a análise dos dados apresentados apoiou-se na análise de conteúdo proposta por Bardin (2016), pois possibilita investigar “[...] as causas (variáveis inferidas) a partir dos efeitos (variáveis de inferência ou indicadores; referências no texto)” (Bardin, 2016, p. 169). Nessa concepção, para depreender sobre o material tratado e interpretá-lo, é necessário considerar as nuances do objeto analisado e o contexto em que ele está inserido. O processo de análise de conteúdo contempla três momentos, conforme ilustra a Figura 2.

Na análise de conteúdo, a estruturação da análise envolve três etapas: a pré-análise; a exploração do material e o tratamento de resultados; e a inferência e a interpretação. Esse processo é dialético, uma vez que as etapas estão relacionadas e são interdependentes.

**Figura 2** – Momentos da Análise de Conteúdo proposta por Laurence Bardin (2016)



**Fonte:** As autoras (2023).

A pré-análise engloba a leitura flutuante dos dados, a escolha de documentos, a formulação de hipóteses e objetivos, a referenciação de índices e indicadores e a preparação do material. Já a exploração do material e o tratamento de resultados revelam o processo de codificação dos dados, por meio da elaboração do *corpus* que será submetido ao processo de análise, o que possibilita a categorização da pesquisa. Por fim, ao realizar os momentos descritos e interpretar os dados, acontece a inferência, pois é mediante o tratamento de dados que as informações fornecidas pela análise são exaltadas (Bardin, 2016).

A seguir, apresentamos a análise realizada com base nos dados resultantes da aplicação do questionário, exclusivamente de duas questões que envolveram a concepção do que são atos de pertença e atos de atribuição propostos por Dubar (2005).

## **Constituição Identitária Profissional: os atos de pertença e os atos de atribuição dos pedagogos escolares da RME de Curitiba**

Para essa pesquisa, buscamos compreender as questões referentes aos atos de pertença e de atribuição, embasados nos estudos realizados por Claude Dubar (2005; 2006). O movimento dessa pesquisa abarcou as representações dos 43 pedagogos escolares da RME de Curitiba, uma vez que foi realizada num contexto em que estavam presentes as restrições da pandemia de Covid-19. Logo, não foi

possível estabelecer as relações dos atos de atribuição com os outros sujeitos que estão inseridos no contexto laboral dos pedagogos escolares que participaram da pesquisa.

Nesse movimento, interpretamos as representações sociais dos pedagogos escolares com base nos conceitos de Dubar (2005) de atos de pertença e atos de atribuição, por considerarmos que a identidade é construída dialeticamente por meio desses dois processos.

A identificação do processo que envolve os atos de pertença e os atos de atribuição foi pautada em duas questões, apresentadas no Quadro 2.

**Quadro 2** – Questões referentes aos atos de pertença e de atribuição

<b>Questão norteadora</b>	<b>Processo relacionado</b>
Como você descreveria seu trabalho?	Atos de atribuição
Como outra pessoa descreveria seu trabalho?	Atos de pertença

**Fonte:** As autoras (2023).

Sobre o próprio trabalho, a forma como cada participante descreveu o trabalho que realiza nas ações cotidianas foi enfático, conforme esclarecem as CP 06 e CP 09:

*Meu trabalho é o coração da escola, onde contribuo para o bom compasso das ações pedagógicas visando a qualidade da educação. A equipe gestora promove a organização dos processos de ensino-aprendizagem, de maneira integrada, pedagoga e gestora dinamizam as ações da rotina escolar. Atuo na formação e assessoramento interno dos professores, acompanho e assessoro o planejamento, entre outras ações do professor, realizo atendimento às famílias, administro a documentação e o percurso acadêmico dos estudantes, bem como medio as ações entre a SME no interior da unidade (CP 06).*

*Cientista da educação, professora responsável pelo guarda-chuva o epistemológico da organização do trabalho pedagógico, que compõem o currículo planejamento e avaliação. E todas as suas derivações, responsável por articular a garantia do direito a aprendizagem e a relação com a comunidade escolar de modo a garantir o direito (CP 09).*

Ao refletirmos sobre sua ação no contexto escolar, a forma como o trabalho realizado é descrito pelos sujeitos define que a representação social sobre a função e as atribuições relacionadas ao trabalho é uma ação do pedagogo escolar (Coordenador Pedagógico – CP), a qual está inserida em um contexto em que a

gestão democrática norteia os encaminhamentos realizados, pois estão definidas no Caderno de Subsídios à Organização do Trabalho Pedagógico nas Escolas da RME de Curitiba (Curitiba, 2012, p. 12), o qual estabelece que

[...] a atuação do pedagogo, como agente articulador e transformador do trabalho coletivo na escola, centra-se na mobilização em prol da construção e efetivação do Projeto Político-pedagógico, proporcionando reflexões sobre o cotidiano escolar, a troca de experiências, o acompanhamento e a avaliação das ações executadas e a busca de alternativas que auxiliem o trabalho pedagógico para contribuir, dessa forma, com a viabilização das condições para a democratização plena do processo educativo.

De acordo com Placco e Souza (2012, p. 15), a função dos coordenadores pedagógicos foi

[...] recentemente normatizada em textos legais (ainda que bastante antiga quanto à função), que têm papel fundamental na escola, sobretudo no que concerne às possibilidades de melhoria da qualidade do ensino e da aprendizagem, mas que apresentam, com frequência, pouca clareza sobre o significado e a estruturação de seu papel, assim como suas funções e atribuições.

Essa compreensão implica na prática do coordenador pedagógico pautada no planejamento de suas ações e, principalmente, a delimitação daquilo que é atribuição da função, reconhecida por todos que atuam no contexto escolar e, principalmente, pelo próprio coordenador pedagógico. Esse processo de reconhecimento está ancorado na vivência como docente do profissional e com as experiências de outras pessoas que já exerceram a função.

No entanto, algumas respostas apontaram a função como um trabalho estritamente burocrático e desvalorizado, sem informar acerca do significado do próprio trabalho, ao considerarem as questões pedagógicas que estão envolvidas em todas as ações do coordenador pedagógico:

*Bastante burocrático e de extremo contato com as famílias e professores (CP 02).*

*Bastante burocrático, pouco tempo para a devida formação de professores e acompanhamento de planejamento (CP 03).*

*Muito burocrático e desvalorizado (CP 07).*

Ao considerar as diferentes funções que são exercidas no contexto escolar, entre elas a do professor, observa-se que este tem sua função definida e reconhecida por toda comunidade escolar, pois há uma representação social acerca da valorização sobre sua real função. Entretanto, o reconhecimento da função exercida pelo coordenador pedagógico é mais tênue, uma vez que muitos da comunidade escolar não têm clareza da especificidade do seu trabalho. Nessa perspectiva, quando questionadas em relação à descrição de outra pessoa referente ao trabalho que realizam, as participantes argumentaram:

*Alguém que apaga os incêndios dentro da unidade (CP 02).*

*Ficam sentadas bem tranquilas (CP 03).*

*Irrelevante, porém necessário (CP 04).*

*As pessoas geralmente desconhecem o trabalho do pedagogo, por isso não valorizam (CP 07)*

*A maioria das pessoas não reconhecem ou valorizam o trabalho desenvolvido pelas pedagogas (CP 20).*

O destaque para a sequência de respostas referente ao desconhecimento da função foi ponto significativo, pois reflete o quanto o próprio coordenador pedagógico acredita que sua função não está consolidada. Nesse sentido, a participante CP 29 coloca:

*Acredito que um considerável número de pessoas da escola e também de fora dela, diriam que não fazemos nada ou que não sabem exatamente o que um pedagogo faz na escola. Dá a impressão que é um trabalho que não "aparece" na escola (CP 29).*

Sobre o contexto em que essa pessoa que descreveria seu trabalho está inserida, outras participantes alegam:

*Depende do ciclo de convívio e o nível socioeconômico cultural desta outra pessoa. Pode ter para alguns a característica de direção, de uma professora que cuida das professoras, verdadeiramente da pedagoga. Em geral a descrição é um pouco variada (CP 09).*

*Podem ser tantas descrições. Elas dependeram do nível de escolaridade, do reconhecimento à importância do processo educativo, das*

*experiências vivenciadas por estas pessoas em ambiente educativo (CP 15).*

A relação entre a experiência anterior enquanto professor também surgiu como relevante para a visão do outro a respeito da sua ação no cotidiano escolar

*Antes de ser pedagoga eu não tinha dimensão da complexidade que este trabalho exige, então realmente acho que quem é professora e nunca trabalhou como pedagoga não saberia descrever o que faço, pensando talvez, que não trabalho tanto quanto eles, quando na verdade todas as funções dentro da escola são igualmente essenciais, incluindo a do pedagogo (CP 25).*

Em suma, a visão que os coordenadores pedagógicos que participaram da pesquisa atribuem ao outro sobre o desenvolvimento de sua função retrata a necessidade de difundir o que é inerente à função do CP e suas atribuições enquanto pedagogo escolar da RME de Curitiba.

## Considerações Finais

A reflexão sobre a relação entre a constituição identitária profissional e a Teoria das Representações Sociais tem por base a premissa de que esse processo não é estanque, pois a elaboração e a construção dessas representações surgem nas interações com o grupo, que acontecem no contexto em que a identidade profissional é constituída.

Referente à construção das representações sociais que embasam a identidade profissional, consideramos que os conceitos estão ancorados e reverberam nas ações e no conhecimento dos sujeitos em seus contextos ao estabelecer uma interface entre os dois processos – das representações sociais e da constituição identitária – e compreender de que forma essa conexão reflete na prática pedagógica. Da mesma forma acontece com os desafios delineados pela prática do coordenador pedagógico, uma vez que sua função é definida pela legislação vigente, mas tais desafios são ancorados nas representações sociais de sua função.

Além disso, como Jodelet (2015; 2016; 2018) afirma, é importante destacar a questão do sujeito, no caso dessa pesquisa os coordenadores pedagógicos, e

considerar a subjetividade, sem perder a dimensão social nos estudos das representações, por isso também o caráter transversal da TRS dentro de uma perspectiva transdisciplinar. Assim, perante essa complexidade e a necessidade de inter-relações, “[...] a noção de representação, que permeia todas as disciplinas, aparece como mediação incontornável para proporcionar uma visão global do que seja o homem e seu mundo de objetos” (Jodelet, 2018, p. 426).

Dessa forma, afirmamos que a compreensão que o coordenador pedagógico tem sobre o seu processo de constituição identitária reflete diretamente na prática pedagógica, ou seja, na organização do trabalho pedagógico e em suas especificidades do espaço/tempo da escola.

## Referências

ABDALLA, Maria de Fátima Barbosa. Formação, profissionalidade e representações profissionais dos professores: concepções em jogo. **Revista Educação PUC-Campinas**, v. 22, n. 2, p. 171-190, maio/ago, 2017a.

ABDALLA, Maria de Fátima Barbosa. Representações profissionais de professores: tensões e pretensões. **Revista Educação e Cultura Contemporânea**, v. 14, n. 37, p. 130-160, 2017b.

ALAMI, Sophie; DESJEUX, Dominique; GARABUAU-MOUSSAOUI. **Os métodos qualitativos**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2010.

ANDRADE, Maria Antônia Alonso de. A identidade como representação e a representação da Identidade. *In*: MOREIRA, Antonia Silva Paredes Moreira; OLIVEIRA, Denize Cristina (org.). **Estudos interdisciplinares de representação social**. Goiânia: AB, 2000. p. 141-149.

ARRUDA, Ângela. Despertando do pesadelo: a interpretação. *In*: MOREIRA, Antonia Silva Paredes (org.); CAMARGO, Brígido Vizeu; JESUÍNO, Jorge Correia; NÓBREGA, Sheva Maia. **Perspectivas teórico-metodológicas em representações sociais**. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 2005. p. 229-258.

BANCHS, Maria A. Aproximaciones Processuales y Estructurales al estudio de las Representaciones Sociales. **Papers on Social Representations, Textes sur las representacions sociales**, v. 9, 2000, p. 3.1-3.15. Disponível em: [http://www.psr.jku.at/PSR2000/9\\_3Banch.pdf](http://www.psr.jku.at/PSR2000/9_3Banch.pdf). Acesso em: 18 ago. 2015.

BLIN, Jean-François. **Représentations, pratiques et identités professionnelles**. Paris, França: L’Harmattan, 1997.

DESCHAMPS, Jean-Claude; MOLINER, Pascal. **A identidade em Psicologia Social: dos processos identitários às representações sociais**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

DOTTA, Leanete Thomas. **Representações sociais do ser professor**. Campinas: Editora Alínea, 2006.

DUBAR, Claude. **A socialização: construção das identidades sociais e profissionais**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

DUBAR, Claude. **A crise das identidades: a interpretação de uma mutação**. Tradução Catarina Matos. Porto, PT; Edições Afrontamento, 2006.

DUBAR, Claude. A construção de si pela atividade de trabalho: a socialização profissional. **Cadernos de Pesquisa** [online]. São Paulo, v. 42, n. 146, p. 351-367., 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0100-15742012000200003>. Acesso em: 18 jan. 2020.

ENS, Romilda Teodora; MARTINS, Angela Maria; ABDALA, Maria de Fátima B.; SILVA, Ariane Franco Lopes. Teoria das Representações Sociais, Políticas Educacionais e Formação de Professores: uma análise integrativa. In: NOVAES, Adelina; SOUZA, Clarilza Prado de; VILLAS BÔAS, Lúcia (org.). **Sistematizações e Proposições para o campo da Educação e das Representações Sociais**, Curitiba: CRV. Coleção Formação do Professor e Políticas Educacionais – volume 1, 2019.

FERRON, Maria Carolina de Sousa. **Identidade profissional do pedagogo, professor do curso de pedagogia**. 108 f. Dissertação (Mestrado em Educação – Psicologia da Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2014.

HOLBOLD, Márcia de Souza. A constituição da profissionalidade docente: um estudo com professores de educação profissional. **Contrapontos**, Itajaí, v. 4, n. 2, 2005. p. 269- 282.

JODELET, Denise. As representações sociais: um domínio em expansão. In: JODELET, Denise (org.). **As representações sociais**. Tradução de Lilian Ulup. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001. p. 17-44.

JODELET, Denise. Ciências Sociais e Representações: estudo dos fenômenos representativos e processos sociais, do local ao global. **Revista Sociedade e Estado**, v. 33, n. 2, maio/ago. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0102-699220183302007>. Acesso em: 18 jan. 2020.

JODELET, Denise. A representação: noção transversal, ferramenta da transdisciplinaridade. **Cadernos de Pesquisa**, v. 46, n. 162, out./dez. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/198053143845>. Acesso em: 18 jan. 2020.

JODELET, Denise. Problemáticas psicossociais da abordagem da noção de sujeito. **Cadernos de Pesquisa**, v. 45, n. 156, abr./jun. 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/198053143203>. Acesso em: 18 jan. 2020.

LAING, Ronald David. **Le sot et les autres**. Paris: Gallimard, 1971.

MORGADO, José Carlos. Identidade e profissionalidade docente: sentidos e (im)possibilidades. **Revista Ensaio**: avaliação, Políticas Públicas, Educação, Rio de Janeiro, v. 19, p. 793-812, out./dez. 2011.

MOSCOVICI, Serge. **A psicanálise, sua imagem e seu público**. Tradução Sonia Furmann. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

MOSCOVICI, Serge. **Representações Sociais**: investigações em psicologia social. Tradução Pedrinho Guareschi. 8. ed. Petrópolis, RJ: Vozes 2011.

MOSCOVICI, Serge. **A representação social da psicanálise**. Tradução Álvaro Cabral. Rio de Janeiro, Zahar Editora, 1978.

NAGEL, Jaqueline Salanek de Oliveira. **Ser pedagogo escolar**: representações sociais sobre a constituição identitária do coordenador pedagógico da Rede Municipal de Ensino de Curitiba. 2022. 200f. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba: PUCPR, 2022.

NASCIMENTO, Maria Augusta Vilalobos. Dimensões da identidade profissional docente na formação inicial. **Revista Portuguesa de Pedagogia**, Coimbra, PT, ano 41-42, p. 207-218, 2007. Disponível em [https://doi.org/10.14195/1647-8614\\_41-2\\_9](https://doi.org/10.14195/1647-8614_41-2_9). Acesso em: 18 jan. 2020.

PLACCO, Vera Maria Nigro de Souza; SOUZA, Vera Lucia Trevisan de. Movimentos identitário de professores e representações do trabalho docente. In: PLACCO, Vera M. S.; VILLAS BÔAS, Lúcia P. S.; SOUZA, Clarilza Prado. **Representações Sociais**: diálogos com a educação. Curitiba: Champagnat; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 2012. p. 17-42. (Coleção Formação do Professor).

PLACCO, Vera Maria Nigro de Souza; BENACHIO, Marly das Neves; VIEIRA, Marili Moreira da Silva; IGARI, Camila Olivieri. O papel das atribuições na constituição indentária de professores do ensino fundamental. In: XI Congresso Nacional de Educação EDUCERE, 2013, Curitiba. **Anais** [...] Curitiba: PUCPR, 2013. p. 12769- 12778 [online].

SEIDMANN, Susana. Identidad personal y subjetividad social: educación y constitución subjetiva. **Cadernos de Pesquisa** [online], São Paulo, v. 45, n. 156, p. 344-357, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/198053143204>. Acesso em: 18 jan. 2020.

SILVA, Ana Maria Costa. **Formação, percursos e identidades**. Coimbra: Quarteto, 2003.

SOUZA, Lídio de *et al.* Representação social de capixaba: identidade em processo. **Psicologia Social**, Belo Horizonte, v. 24, n. 2, p. 462-471, ago. 2012.

SOUZA, Clarilza Prado; NOVAES, Adelina. A compreensão de subjetividade na obra de Moscovici. In: ENS, Romilda Teodora; VILLAS BÔAS, Lúcia Pintor Santiso; BEHRENS, Marilda Aparecida (org.). **Representações sociais**: fronteiras, interfaces e conceitos. 1. ed. Curitiba: Champagnat; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 2013. v. 1, p. 21-36.

SOUZA, Vera Lúcia Trevisan de. A constituição identitária do professor de psicologia: quem forma o formador? **Psicologia: Ensino & Formação**, v. 5, n. 1, p. 64-82, 2014.

SPINK, Mary Jane. Desvelando as teorias implícitas: uma metodologia de análise das Representações Sociais. *In: GUARESCHI, Pedrinho; JOVCHELOVITCH, Sandra. **Textos em Representações Sociais***. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. p. 95-118.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. *In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais*. 15 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. p. 7-72.

**Revisores de línguas e ABNT/APA:** *Lucia Burzynski Bialli e Romilda Teodora Ens*

**Submetido em 12/09/2023**

**Aprovado em 30/11/2023**

Licença *Creative Commons* – Atribuição NãoComercial 4.0 Internacional (CC BY-NC)